

ASSESSMENT

6 May 2024

Envie seus
comentários

Contato dos Analistas

Teresa Pinheiro
Associate Lead Analyst-Sustainable Finance
teresa.pinheiro@moodys.com

Donovan Hotz
Sustainable Finance Associate
donovan.hotz@moodys.com

Matthew Kuchtyak
VP-Sustainable Finance
matthew.kuchtyak@moodys.com

Caixa Econômica Federal

Second Party Opinion— Framework de Finanças Sustentáveis
recebe pontuação SQS2

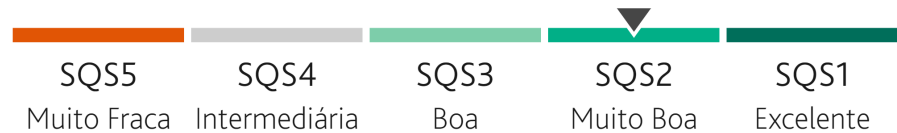
Resumo

Atribuímos uma pontuação de qualidade de sustentabilidade de SQS2 (Muito Boa) ao *framework* de finanças sustentáveis da Caixa Econômica Federal (Caixa) publicado em 6 de maio de 2024. O banco estabeleceu seu *framework* para o uso de recursos para financiar projetos em sete categorias verdes elegíveis e cinco categorias sociais elegíveis, conforme detalhado no Apêndice 2. O *framework* está alinhado com os quatro componentes principais dos Princípios para Títulos Verdes ("GBP") de 2021 da Associação Internacional do Mercado de Capitais ("ICMA") (com o Apêndice 1 de junho de 2022) e dos Princípios para Títulos Sociais ("SBP") de 2023, os Princípios de Empréstimo Verde ("GLP") 2023, os dos Princípios de Empréstimos Sociais ("SLP") de 2023 da Associação do Mercado de Empréstimos (Loan Market Association, "LMA"), da Associação do Mercado de Empréstimos do Pacífico Asiático (Asia Pacific Loan Market Association, "APLMA") e da Associação de Negociação e Sindicatos de Empréstimos (Loan Syndications and Trading Association, "LSTA").

Este relatório é uma tradução de [Caixa Economica Federal:Second Party Opinion – Sustainable Finance Framework Assigned SQS2 Sustainability Quality Score](#) publicado em 06 Maio 2024.

Pontuação de Qualidade da Sustentabilidade

SQS2



Alinhamento com Princípios

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Alinhamento Geral



FATORES

ALINHAMENTO

Utilização dos Recursos



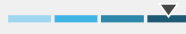
Avaliação e Seleção



Gestão dos Recursos



Relatórios



Contribuição para a Sustentabilidade

Contribuição Geral



Impacto Esperado

Relevância e Magnitude



AJUSTE

Gestão de riscos de ESG

Nenhum Ajuste

Coerência

Nenhum Ajuste

POINT-IN-TIME-ASSESSMENT

Esta publicação não anuncia uma ação de rating de crédito. Para quaisquer ratings de crédito mencionados nesta publicação, consulte a página do(a) emissor/operação em <https://ratings.moody's.com> para acessar as informações mais atualizadas sobre ação de rating de crédito e histórico de rating.

Escopo

Fornecemos um Second Party Opinion (SPO) sobre as credenciais de sustentabilidade do *framework* de finanças sustentáveis da Caixa, que inclui o alinhamento do *framework* com o GBP 2021 (com o Apêndice 1 de junho de 2022) e o SBP 2023 da ICMA, e com o GLP 2023 e o SLP 2023 da LMA/APLMA/LSTA. De acordo com o *framework*, a Caixa planeja emitir títulos e empréstimos verdes, sociais, de gênero e sustentabilidade para financiar projetos em sete categorias verdes e cinco sociais, conforme descrito no Apêndice 2 deste relatório.

Nossa avaliação é baseada na última versão atualizada do *framework* recebido em 4 de abril de 2024, e nossa opinião reflete nossa avaliação em uma data específica¹ dos detalhes contidos nesta versão do *framework*, bem como de outras informações públicas ou privadas fornecidas pelo banco.

Produzimos este SPO com base em nosso [Framework para Emitir Second Party Opinions sobre Títulos Sustentáveis](#), publicado em outubro de 2022.

Perfil do Emissor

Fundada em 1861, a Caixa Econômica Federal (Caixa) é um importante banco de financiamento imobiliário e também atua como banco comercial com controle integral do governo brasileiro. O banco tem uma participação de 67.3% no mercado de financiamento imobiliário, com mais de um terço dos depósitos em poupança do sistema bancário no Brasil. Os produtos e serviços financeiros da Caixa incluem poupança, empréstimos a consumidores e empresas, gestão de ativos, financiamento imobiliário e para o agronegócio, gestão de fundos e carteiras de investimentos, corretagem de valores e transações com cartão de crédito e débito.

A Caixa enfrenta riscos ambientais baixos porque tem exposição limitada aos riscos de descarbonização, já que sua carteira de empréstimos está concentrada em financiamento imobiliário residencial no país. A Caixa enfrenta elevados riscos de relacionamento com clientes relacionados à exposição a riscos regulatórios e de litígios. Os altos riscos de dados cibernéticos e pessoais são mitigados por soluções tecnológicas e medidas organizacionais para evitar violações de dados. O papel da Caixa como agente pagador de benefícios sociais permite que ela alcance uma ampla gama de grupos demográficos, e seus investimentos em digitalização melhoram a experiência do cliente e promovem a inclusão financeira.

Forças

- » Os projetos abordarão em grande parte questões ambientais e sociais altamente relevantes no contexto nacional.
- » A Caixa conduzirá avaliação de impacto ambiental para todos os projetos elegíveis, de acordo com padrões internacionais e regulamentações nacionais.
- » O *framework* segue as melhores práticas do mercado na maior parte de seu alinhamento com os componentes dos princípios.

Desafios

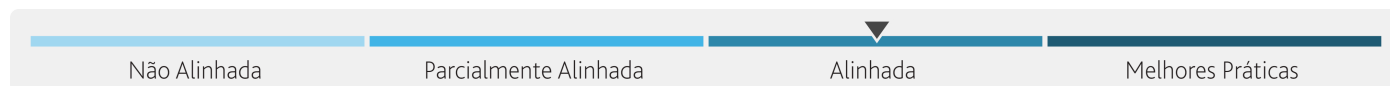
- » Externalidades negativas inerentes podem estar presentes em alguns projetos, o que inclui transformação de resíduos em energia e construção de edifícios.
- » Algumas categorias ambientais carecem de limites ou detalhes claros sobre as tecnologias a serem utilizadas, ou não seguem as melhores certificações da categoria.
- » Embora os critérios de elegibilidade para as categorias sociais cubram uma público-alvo altamente vulnerável, alguns projetos não se concentram exclusivamente no segmento mais vulnerável da população.

Alinhamento com Princípios

O *framework* de finanças sustentáveis da Caixa está alinhado com os quatro pilares do GBP 2021 (com o Anexo 1 de junho de 2022) e do SBP 2023 da ICMA, e do GLP 2023 e do SLP 2023 da LMA/APLMA/LSTA:

- Green Bond Principles (GBP)
- Social Bond Principles (SBP)
- Green Loan Principles (GLP)
- Social Loan Principles (SLP)
- Sustainability-Linked Bond Principles (SLBP)
- Sustainability Linked Loan Principles (SLLP)

Uso de Recursos



Clareza das categorias elegíveis – ALINHADA

A Caixa definiu claramente a natureza das despesas, localização e critérios de elegibilidade para quase todas as categorias. O *framework* contém uma extensa lista de exclusões. Os projetos de tratamento de esgoto e agricultura de baixo carbono carecem de limites detalhados e granularidade nas tecnologias. O banco informou por meio de documentação interna que os projetos serão localizados apenas no Brasil.

Clareza dos objetivos ambientais ou sociais – MELHORES PRÁTICAS

O banco delineou claramente os objetivos ambientais e sociais relevantes para todas as categorias elegíveis, que são coerentes com os padrões internacionais. O banco fez referência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) ao definir os objetivos das categorias elegíveis, conforme detalhado no Apêndice 1.

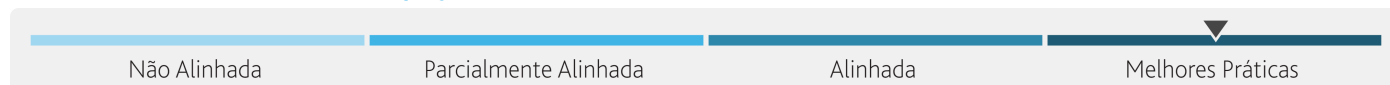
Clareza dos benefícios esperados — MELHORES PRÁTICAS

O banco identificou benefícios relevantes para todas as categorias elegíveis. Os benefícios são mensuráveis e serão quantificados no relatório anual até o vencimento do título. A Caixa informará seus investidores sobre a participação do refinanciamento dos títulos/empréstimos antes de cada transação. O banco se comprometeu a limitar o período retrospectivo para refinanciamento a 24 meses antes da data de emissão do título ou originação do empréstimo.

Melhores práticas identificadas - uso de recursos

- » Os benefícios relevantes são identificados para todas as categorias de projetos.
- » Os benefícios são mensuráveis e quantificados para a maior parte dos projetos, seja ex ante com bases de referência claras ou com o compromisso de fazê-lo em relatórios futuros.
- » Compromisso de divulgar de forma transparente a parcela dos recursos usada para refinanciamento, sempre que possível
- » Compromisso de comunicar de forma transparente os períodos de reembolso a investimentos pretéritos, sempre que possível

Processo de avaliação e seleção de projetos



Transparência e qualidade do processo para definir projetos elegíveis – MELHORES PRÁTICAS

O banco estabeleceu um processo de tomada de decisão claro com critérios detalhados formalizados em seu *framework* divulgado publicamente e em documentação interna. O processo para verificar os critérios de elegibilidade e selecionar uma lista preliminar de projetos elegíveis será supervisionado pela área de gestão do *framework* de finanças sustentáveis da Caixa, que é composta por membros de equipes de sustentabilidade e gestão de produtos. A lista final de projetos está sujeita à aprovação do comitê interdisciplinar da Caixa, que é composto por vice-presidentes do banco, juntamente com o vice-presidente de sustentabilidade. O

banco se compromete a monitorar a conformidade dos projetos selecionados durante toda a vida útil do instrumento e a substituir os projetos no prazo de três meses, caso eles não estejam mais em conformidade. O processo de avaliação, seleção e monitoramento é documentado em todas as reuniões relevantes, e o comitê interdisciplinar da Caixa apresentará relatórios regulares sobre ações, decisões e justificativas.

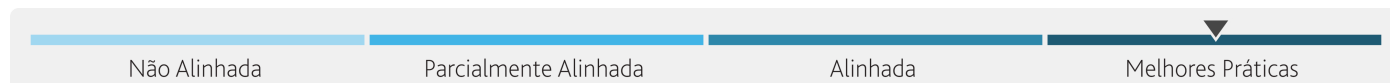
Processo de mitigação de riscos ambientais e sociais — MELHORES PRÁTICAS

O banco estabeleceu um processo abrangente de mitigação de riscos ambientais e sociais, que inclui o monitoramento de controvérsias, e a identificação e gerenciamento dos riscos. O processo está resumido no *framework*, com mais detalhes disponíveis em documentação interna do banco. O processo inclui ferramentas que o banco possui para identificar riscos potenciais e medidas corretivas e preventivas. Os riscos ambientais e sociais são identificados para cada projeto por meio da adesão aos padrões da Corporação Financeira Internacional (para projetos alinhados aos Princípios do Equador), regulamentações nacionais e políticas internas. O banco supervisiona projetos elegíveis em busca de possíveis controvérsias como parte de seu monitoramento contínuo da conformidade com os critérios de elegibilidade e exclusões.

Melhores práticas identificadas - processo de avaliação e seleção de projetos

- » As funções e responsabilidades pela avaliação e seleção de projetos estão claramente definidas e incluem conhecimentos aplicáveis
- » Há evidências de continuidade no processo de seleção e avaliação durante o prazo do (s) instrumento (s) financeiro (s), inclusive a verificação de *compliance* e procedimentos para realizar ações mitigadoras, quando necessário
- » O processo de avaliação e seleção de projetos é rastreável
- » São identificados riscos ambientais e sociais para a maior parte das categorias de projetos
- » Presença de medidas corretivas para lidar com riscos ambientais e sociais em todos os projetos
- » As controvérsias ESG são monitoradas

Gestão dos Recursos



Alocação e rastreamento de recursos – MELHORES PRÁTICAS

O banco definiu um processo claro para a gestão e alocação de recursos em seu *framework*. Os recursos não alocados de qualquer instrumento sob esse *framework* serão mantidos e rastreados na conta bancária ou investidos em ativos de curto prazo e de alta liquidez, em conformidade com as diretrizes internas para ativos e passivos da Caixa. O banco ajustará o saldo da conta bancária para igualar as alocações aos projetos elegíveis pelo menos uma vez por ano. O período máximo de alocação será de 24 meses.

Gestão de receitas não alocados — MELHORES PRÁTICAS

O banco se comprometeu a não investir recursos não alocados em atividades intensivas em gases de efeito estufa (GEEs) ou atividades com alto impacto ambiental ou atividades controversas. O banco se comprometeu a realocar fundos para outro projeto elegível se houver adiamento, cancelamento, desinvestimento ou desconformidade com os critérios de elegibilidade.

Melhores práticas identificadas - gestão de recursos

- » Divulgação ampla de uma política de gestão claramente articulada e abrangente dos recursos para, no mínimo, os stakeholders externos; detentores de títulos ou credores
- » Período de alocação curto, por exemplo, normalmente inferior a 24 meses
- » Divulgação sobre alocação temporária e presença de critérios de exclusão para atividades prejudiciais ao meio ambiente ou à sociedade
- » Compromisso de realocar recursos para projetos que estejam em conformidade com a estrutura de financiamento

Relatórios

Não Alinhada

Parcialmente Alinhada

Alinhada

Melhores Práticas

Transparência dos relatórios — MELHORES PRÁTICAS

O banco informará anualmente sobre o uso de recursos de instrumentos emitidos sob seu *framework* até o vencimento do título ou reembolso do empréstimo e se houver desenvolvimentos relevantes. O relatório estará disponível publicamente no *website* da Caixa. O relatório cobrirá uma lista de projetos elegíveis a serem financiados ou refinanciados com uma breve descrição sobre os valores alocados, os valores desembolsados por categoria elegível, o montante dos fundos não alocados, a participação do refinanciamento, indicadores de impacto verde e social no nível da categoria e qualquer desdobramento significativo.

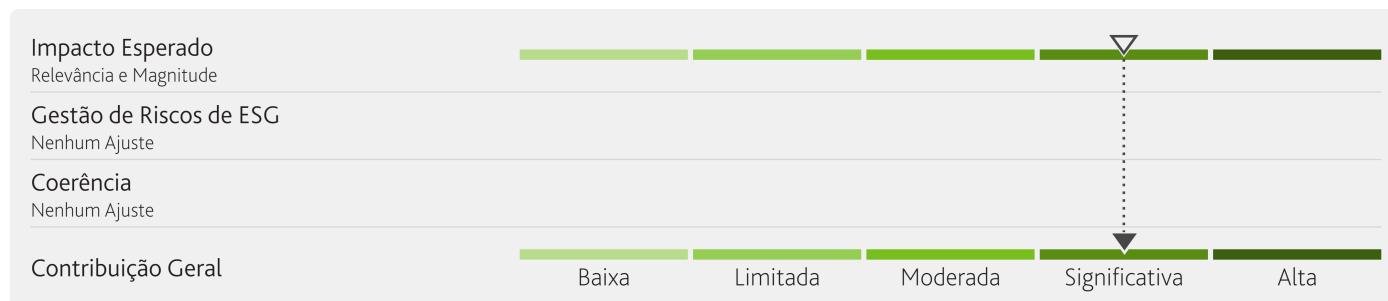
O banco identificou indicadores de relatórios ambientais e sociais claros, relevantes e exaustivos para cada categoria elegível e os incluiu no *framework*. A Caixa também incluiu metodologias de cálculo e premissas. O banco terá sua alocação de recursos e métricas de impacto ambiental e social verificadas anualmente por uma terceira parte independente até a alocação total. Também se compromete a incluir pelo menos um estudo de caso para relatar projetos sociais e ambientais.

Melhores práticas identificadas - divulgação de relatórios

- » Relatórios até o prazo de vencimento do título ou o pagamento integral do empréstimo
- » Os relatórios abrangem desenvolvimentos relevantes e questões relacionadas aos projetos ou ativos.
- » Relatórios sobre a alocação de recursos e benefícios feitos pelo menos no nível da categoria elegível
- » Relatórios de alocação abrangentes — saldo ou percentual de fundos não alocados, tipos de investimentos temporários (p. ex., caixa ou equivalente de caixa) e participação do financiamento versus refinanciamento
- » Indicadores claros e relevantes para relatar, quando viável, o impacto ambiental /social esperado de todos os projetos ou categorias elegíveis
- » Divulgação da metodologia de relatórios e das premissas de cálculo para, no mínimo, detentores de títulos ou credores
- » Auditoria independente do rastreamento e alocação de fundos pelo menos até a alocação total e em caso de alterações significativas.
- » Avaliação independente do impacto sobre os benefícios ambientais por um revisor terceirizado qualificado, pelo menos até a alocação total e no caso de mudanças significativas e/ou estudos de caso para relatar o impacto/benefícios sociais

Contribuição para a Sustentabilidade

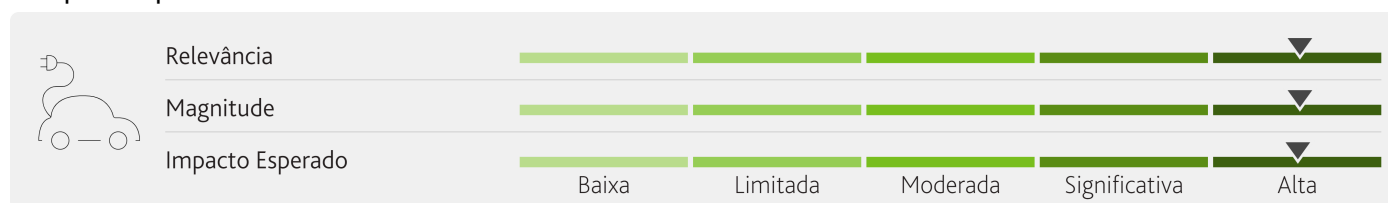
O *framework* demonstra uma significativa contribuição para a sustentabilidade.



Impacto Esperado

O impacto esperado das categorias de projetos elegíveis nos objetivos ambientais e sociais é significativo. O banco espera uma distribuição equivalente de receitas de títulos sustentáveis para as 12 categorias em seu *framework* e, portanto, ponderamos uniformemente o impacto geral esperado entre todas as categorias elegíveis. Uma avaliação detalhada por categoria elegível é fornecida abaixo.

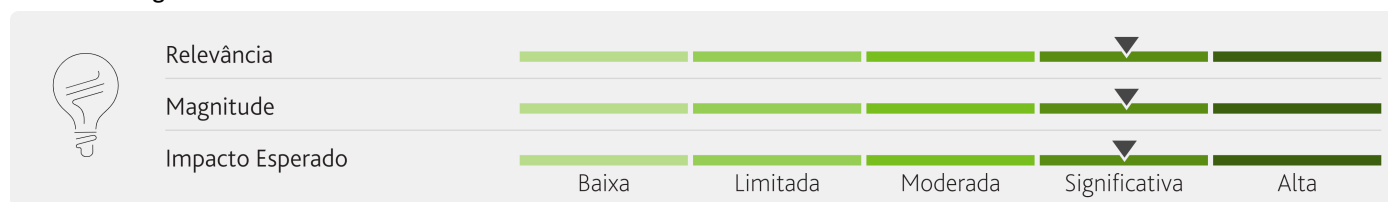
Transporte limpo



A relevância dessa categoria é alta. Embora o setor de transporte seja o terceiro setor que mais emite gases poluentes do Brasil, atrás dos setores de agricultura e mudança no uso da terra e silvicultura, a descarbonização do setor de transporte é essencial para que o país alcance o compromisso *net zero* até 2050. Os veículos elétricos representam uma parcela muito pequena dos carros atualmente vendidos no Brasil, enquanto os ônibus e trens elétricos representam uma porção ainda menor².

O financiamento de projetos nesta categoria terá uma magnitude elevada. O financiamento de veículos 100% elétricos se beneficiará da matriz elétrica do Brasil, composta por quase 87% de fontes de energia renováveis em 2022³. A melhora e expansão dos sistemas de transporte público e da infraestrutura alternativa, o que inclui ciclovias e calçadas, demonstram um impacto de longo prazo e altamente positivo na redução das emissões de GEEs no setor de transporte.

Eficiência energética

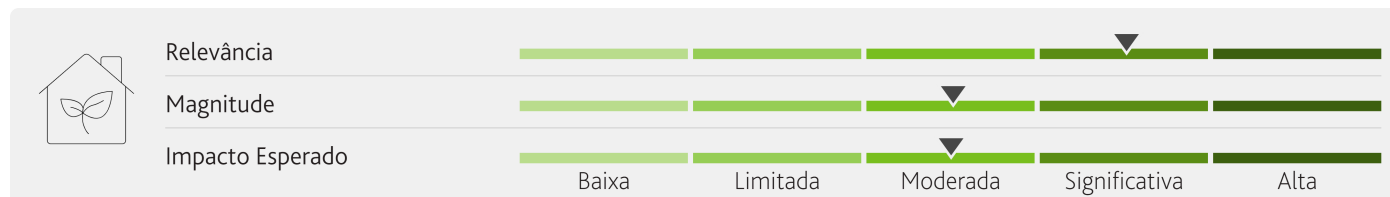


Investimentos em melhorias de eficiência energética, e substituição de máquinas e iluminação defasadas têm uma relevância significativa. A eficiência energética é a medida mais importante para evitar a demanda global futura de energia no cenário *net zero*, de acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE). No entanto, dado que a matriz elétrica do Brasil é composta majoritariamente por fontes renováveis e devido ao fato de a maior parte das emissões do Brasil ser gerada pelos setores agrícola e uso da terra, que não são intensivos em energia, os investimentos nessa categoria não são os mais relevantes para reduzir as emissões de GEEs e mitigar as mudanças climáticas no contexto brasileiro.

Os investimentos nessa categoria terão uma magnitude significativa na redução das emissões de GEEs e no avanço da transição energética. A categoria inclui projetos certificados como Nível A pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem⁴, que inclui equipamentos

como ar-condicionado e geladeiras. No entanto, há uma falta de visibilidade sobre o impacto geral do conjunto de projetos, pois os critérios do Nível A variam entre os equipamentos e máquinas, e nenhuma melhoria mínima adicional de eficiência energética é necessária segundo o *framework*. Embora iluminação com LED esteja entre as melhores tecnologias para iluminação com eficiência energética, os investimentos nesses projetos terão um impacto relativamente pequeno na eficiência energética geral.

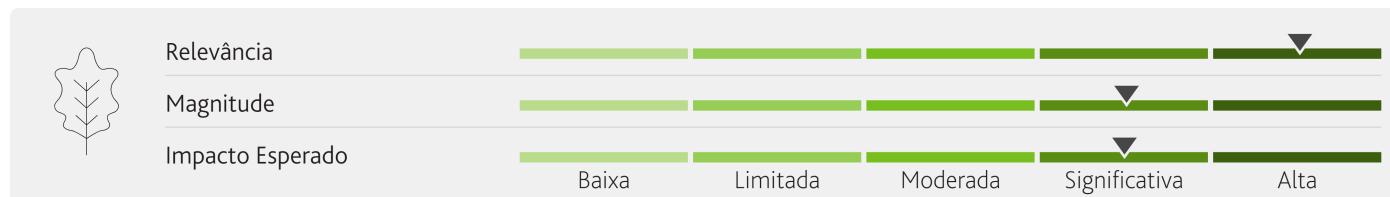
Edifícios verdes



O financiamento de edifícios sustentáveis e com eficiência energética tem uma relevância significativa no contexto brasileiro. O resfriamento de ambientes em edifícios será um importante contribuinte para o uso futuro de energia, e sua eficiência servirá para reduzir a pressão sobre a rede de energia do Brasil em geral e durante o pico de uso, de acordo com o AIE⁵. No entanto, em 2022, o setor de edifícios foi responsável por uma parcela relativamente pequena do total de emissões de GEEs do Brasil, em 2.9%, e foi o sexto setor mais emissor do país⁶.

Esperamos que os investimentos nessa categoria tenham uma magnitude moderada. A categoria financiará novas construções e reformas e aderirá a certificações de sustentabilidade de renome internacional. No entanto, as certificações de construção elegíveis na categoria não usam exclusivamente os padrões mais rigorosos, e o banco não se comprometeu com nenhum limite específico de eficiência energética para os edifícios. A categoria inclui a construção de novos edifícios, que envolve externalidades inerentes e um efeito absoluto no consumo de energia e no uso da terra, o que contribuiu para um impacto menos positivo do que as reformas de edifícios existentes.

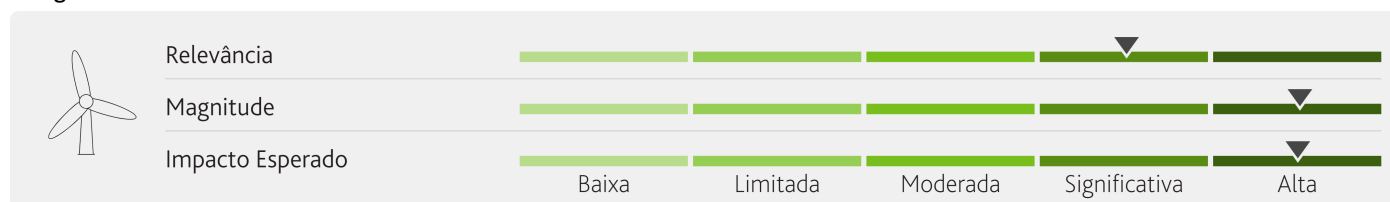
Prevenção e controle da poluição



A gestão de resíduos é uma questão ambiental altamente relevante no Brasil. De acordo com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares), o Brasil pretende atingir taxas de reciclagem de resíduos sólidos urbanos de 13.8% até 2024 e 48.1% até 2040⁷. No entanto, em 2020, apenas 2.2% dos resíduos recicláveis foram reciclados no país⁸. Por outro lado, é necessário um aumento significativo na produção global de biocombustíveis para se alinhar ao cenário de emissões *net zero* definido pela AIE até 2050. Para oferecer as reduções de emissões associadas, é necessário um crescimento médio de cerca de 11% ao ano.⁹ O Brasil planeja aumentar a mistura de biodiesel para 15% até 2026, de 10% em 2022¹⁰.

Em termos de magnitude, os projetos terão um impacto significativo. As atividades de reutilização, reciclagem e compostagem seguirão a hierarquia de resíduos, embora não tenha sido estabelecido nenhum limite para vazamento de metano ou tecnologias relevantes. Projetos em qualquer estágio do processo de gerenciamento de resíduos, desde a coleta inicial de resíduos até sua disposição final, são elegíveis. Além disso, veículos elétricos são os únicos veículos elegíveis. Os projetos de transformação de resíduos em energia, digestão anaeróbica e captura de gás em aterros sanitários seguem limites internacionais rigorosos. No entanto, embora os projetos de transformação de resíduos em energia tenham um impacto positivo, eles podem acarretar externalidades negativas inerentes, entre elas, a poluição do ar.

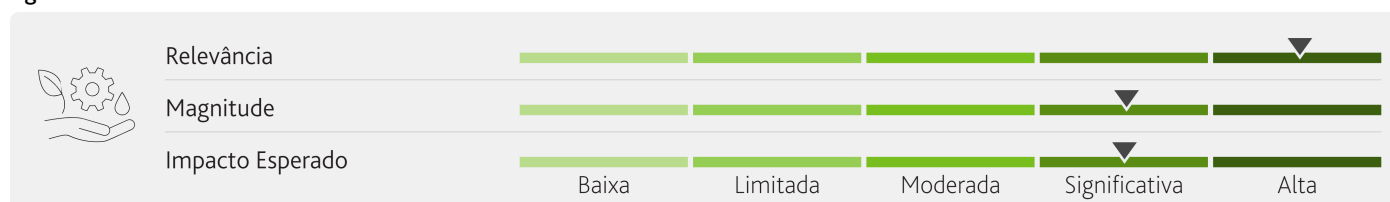
Energia renovável



Os projetos nesta categoria têm relevância global significativa. O Brasil já tem um nível muito alto de energias renováveis em sua matriz energética, e é o segundo maior produtor de energia hidrelétrica e biocombustíveis do mundo¹¹. Em 2022, 87% a matriz de eletricidade do país era gerada por fontes renováveis, dentre estas 63% por energia hidrelétrica. No entanto, os combustíveis fósseis ainda representaram mais de 50% do consumo primário de energia do Brasil no mesmo ano¹², o que indica que um aumento dos investimentos em energia renovável continua a ser uma prioridade importante para o país.

A magnitude geral dessa categoria é alta. Os projetos de energia solar, eólica e de hidrogênio adotam as melhores tecnologias e limites disponíveis. Os projetos de biomassa seguem rigorosos limites e certificações internacionais, e o uso de resíduos de madeira como matéria-prima não é permitido pelo *framework*. Embora os projetos hidrelétricos possam conter reservatórios, o banco indicou que uma avaliação de impacto ambiental será conduzida para avaliar externalidades negativas. No entanto, devido ao contexto local, o uso de barragens e suas externalidades negativas limitam um pouco o impacto positivo desses projetos no longo prazo.

Agricultura sustentável



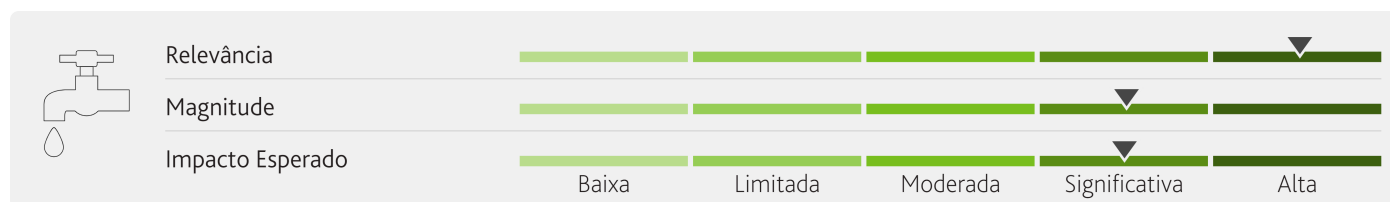
A agricultura é o maior setor emissor do Brasil, e foi responsável por 49% das emissões de GEEs em 2022, o que torna os investimentos nessa categoria altamente relevantes para o desenvolvimento sustentável do país¹³. Globalmente, o desmatamento perde apenas para a combustão de combustíveis fósseis como fonte de emissões de GEEs¹⁴. O desmatamento no Brasil atingiu o nível mais alto em 15 anos em 2021, enquanto as autoridades enfrentam desafios para impedir o desmatamento ilegal de terras. O principal desafio do setor agrícola brasileiro é a promoção de tecnologias que reduzam as emissões de GEEs, e mantenham a produtividade e a rentabilidade com taxas de desmatamento baixas. ¹⁵

Em termos de magnitude, essa categoria é significativa. A primeira subcategoria (agricultura e silvicultura sustentáveis certificadas) exige certificações relevantes como critérios de elegibilidade, e os projetos precisam obter as certificações mais rigorosas que verifiquem todas as cadeias de suprimentos agrícolas e florestais. Na subcategoria de agricultura de baixo carbono, a redução de 30% no limite de emissões de GEEs está alinhada com os padrões internacionais relevantes.

No que se refere aos projetos relacionados à proteção, correção e recuperação de solos e pastagens degradados, que podem ser usados para restaurar terras que foram desmatadas, é proibido que a Caixa conceda crédito para propriedades com embargos ambientais (áreas restritas) no Bioma Amazônico. Além disso, a Caixa tem regras internas que exigem que qualquer empréstimo só possa ser aprovado se não houver embargo na propriedade rural, independentemente do bioma. Ademais, o banco usa um sistema de monitoramento independente para detectar casos de desmatamento, o que desencadearia a rescisão do empréstimo.

Os projetos integrados de lavoura, pecuária, sistemas agroflorestais e sistemas de plantio direto seguirão os critérios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), contidos principalmente na Circular Técnica 133, de setembro de 2012 e na Integração Lavoura-Pecuária-Floresta. No entanto, há falta de clareza sobre os limites mínimos exigidos como critérios de elegibilidade. Favoravelmente, entretanto, o banco excluiu projetos que incluem aquisição de gado

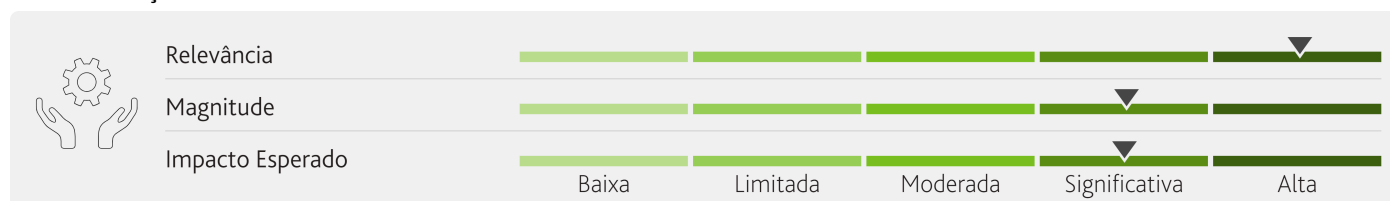
Gestão sustentável do saneamento



Os investimentos nessa categoria são uma questão ambiental altamente relevante no Brasil. Cerca de 42% da população do país não tem conexão com redes de esgoto e quase metade da água consumida não é tratada e é despejada em cursos de água¹⁶, o que gera preocupações ambientais e de saúde humana. Além disso, a taxa nacional de perda de água tratada é de 40%, e de 36% nas 100 maiores cidades do país.

A categoria provavelmente terá um magnitude significativa. Os investimentos em sistemas de abastecimento de água estão alinhados com critérios rigorosos de consumo de energia e provavelmente terão um impacto alto. No entanto, embora tenha se comprometido a garantir que seus investimentos em projetos de esgoto e águas residuais facilitem melhorias nas emissões de GEE e na intensidade de energia em comparação com os sistemas anteriores, a Caixa não definiu limites para esses desenvolvimentos.

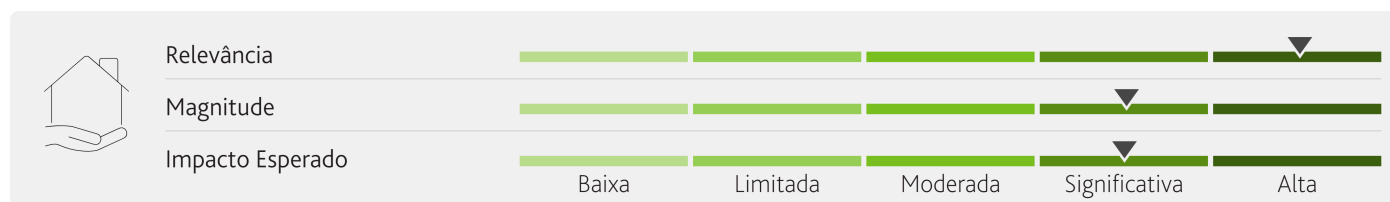
Acesso a serviços essenciais



Os projetos nessa categoria incluirão financiamento para aumentar o acesso a serviços essenciais em três subcategorias: educação, saúde e tecnologia de assistência para pessoas com deficiência. Cada uma dessas subcategorias é uma questão social altamente relevante no contexto brasileiro. O Brasil enfrentou taxas de analfabetismo de até 48% em 2019¹⁷ e está abaixo da média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para vários indicadores de desempenho educacional¹⁸. A maior parte dos brasileiros, cerca de 77%¹⁹, não tem plano de saúde privado e depende do Sistema Único de Saúde (SUS). O país tem altos níveis de desigualdade em termos de resultados de saúde com base no nível de educação e no nível de desenvolvimento econômico em uma região²⁰. No Brasil, pessoas com deficiência têm muito menos probabilidade de ter acesso à educação, trabalho e renda²¹.

No geral, os projetos dessa categoria provavelmente terão um impacto significativo e fornecerão benefícios de longo prazo para populações específicas, embora não exclusivamente para as mais vulneráveis. Tanto o financiamento para a construção de escolas públicas quanto os empréstimos estudantis para o ensino superior provavelmente terão um impacto positivo no longo prazo. Os empréstimos estudantis terão como alvo estudantes de baixa renda que recebem até três vezes o salário mínimo nacional (atualmente US\$ 300/mês), no entanto, o banco não incluiu uma provisão para atingir as populações mais vulneráveis do país em seu financiamento para construção de escolas públicas. O financiamento para unidades de saúde terá como alvo instituições públicas, sem fins lucrativos e privadas localizadas em municípios com um índice de desenvolvimento humano abaixo da média brasileira. Assim como acontece com as escolas públicas, o financiamento para unidades de saúde incluirá empréstimos para capital de giro, que pode ter um impacto menos direto do que o financiamento para novas instalações, melhorias ou expansões. O financiamento para que pessoas com deficiência adquiram tecnologias de assistência também tem um impacto positivo de longo prazo para um grupo vulnerável. No entanto, os critérios de elegibilidade determinam que os beneficiários podem receber até 10 vezes o salário mínimo nacional.

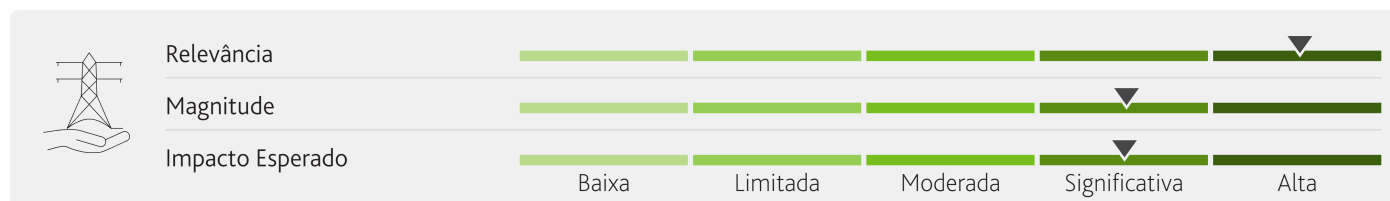
Moradia acessível



A relevância dessa categoria é considerada alta. No Brasil, 87% da população vivem em cidades, com 41% habitando assentamentos informais e precários ou moradias inadequadas²². O país enfrenta uma escassez de mais de seis milhões de casas, e as pessoas que ganham menos de US\$ 1.000 por mês respondem por cerca de 90% desse déficit²³.

A magnitude dessa categoria é significativa. O foco em famílias com uma renda mensal máxima de US\$ 890 beneficiaria a grande maioria das pessoas que sofrem de déficit habitacional, embora não tenham como alvo exclusivo as famílias com a renda mais baixa. No entanto, a Caixa oferece empréstimos com uma das taxas de juros mais acessíveis do mercado brasileiro, com subsídios extras para famílias com renda mensal de até US\$ 500. O banco também possui um sistema para classificar e monitorar a vulnerabilidade de seus clientes ao endividamento excessivo, a fim de identificar possíveis ações e mitigadores.

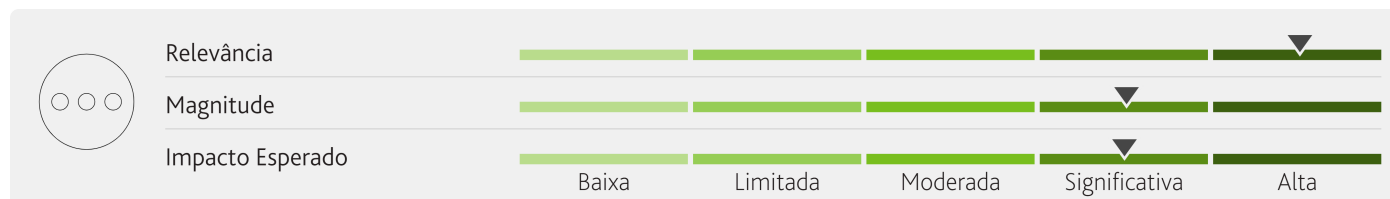
Infraestrutura básica acessível



A categoria é altamente relevante, com projetos de urbanização sustentável e de água e saneamento que abordam questões altamente importantes no contexto local. A maior parte dos desafios urbanos que o Brasil enfrenta está relacionada à desigualdade de renda e à rápida e não planejada urbanização, que afetou a mobilidade, bem como o acesso a serviços como esgoto, abastecimento de água e coleta de lixo²⁴. Em 2020, cerca de 14% dos brasileiros não tinham acesso a água potável gerido de forma segura e 41% não tinham acesso a serviços de saneamento geridos de forma segura²⁵. O estoque de infraestrutura do Brasil também se deteriorou desde 1990: o país precisa aumentar urgentemente o investimento em infraestrutura para melhorar o acesso e a qualidade e, posteriormente, elevar a produtividade e a competitividade da economia, de acordo com o Banco Mundial (BM)²⁶.

É provável que os investimentos nessa categoria tenham uma magnitude significativa. A expansão da infraestrutura pública de água e saneamento proporcionará benefícios de longo prazo à população-alvo — pessoas em situação de pobreza, em assentamentos informais e sem acesso à rede de serviços. O banco afirmou que evitará a sobreposição entre os investimentos sociais nessa categoria e os investimentos ambientais na categoria de gestão de saneamento sustentável. Também mitigará potenciais externalidades ambientais com base nos critérios ambientais incluídos em suas políticas internas. Os investimentos em urbanização sustentável terão um impacto positivo, mas a Caixa forneceu poucos detalhes sobre os tipos específicos de intervenção urbana a serem financiados, embora tenha excluído projetos de infraestrutura rodoviária. O banco não identificou certificações de sustentabilidade a serem aplicadas em projetos de plantio de árvores.

Inclusão financeira

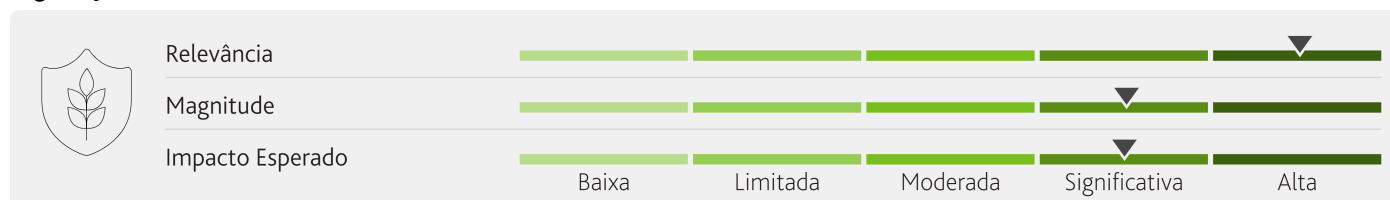


A relevância dessa categoria é alta. Reduzir as desigualdades ainda é um grande desafio no Brasil, onde as mulheres representam apenas 31% dos empregadores²⁷, e o acesso ao crédito é muito mais difícil para os microempreendedores, especialmente se eles são

pobres, mulheres ou pertencem a grupos historicamente discriminados²⁸. As micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) compõem mais de 98% de todas as empresas legalmente constituídas no Brasil, o que representa 41% da folha de pagamento total²⁹. Em 2018, a lacuna de financiamento das MPMEs do Brasil era de cerca de US\$ 483 bilhões³⁰.

A magnitude dessa categoria é a significativa. Embora essa categoria provavelmente beneficie as populações-alvo minoritárias brasileiras, não há um foco exclusivo nos indivíduos de baixa renda, que são mal atendidos pelo sistema bancário, o que teria o maior impacto na melhora da inclusão financeira. Com taxas de juros competitivas, a Caixa preenche a lacuna do mercado brasileiro no fornecimento de crédito a minorias que são geralmente excluídas ou cobradas em excesso nas principais linhas de crédito. A Caixa possui um sistema para classificar a vulnerabilidade de seus clientes ao endividamento excessivo com o objetivo de fornecer soluções personalizadas a eles com base em sua categorização. Os tomadores de empréstimos recebem educação financeira e o banco monitora continuamente a vulnerabilidade do cliente para identificar ações e mitigadores.

Segurança Alimentar



Os investimentos nessa categoria incluirão financiamento para projetos agrícolas produtivos e crédito para produtores familiares e cooperativas rurais. Eles são altamente relevantes para a questão da segurança alimentar no Brasil. Em 2022, mais de 30% da população enfrentou insegurança alimentar moderada ou grave — um número que aumentou nos últimos anos durante a pandemia do coronavírus, depois que o país atingiu o nível mínimo de 7.8% em 2014³¹. Esse número também é 20% maior nas áreas rurais em comparação às urbanas.

É provável que a categoria tenha uma magnitude significativa em termos de segurança alimentar e geração de renda. No entanto, os tomadores elegíveis não são exclusivamente os mais vulneráveis, pois o banco considera que a população-alvo inclui agricultores familiares com renda anual de até US\$ 20.000. De acordo com o Censo 2017,³² 82.6% dos produtores rurais brasileiros têm uma renda anual inferior a US\$ 7.000. No entanto, a categoria provavelmente gerará benefícios no longo prazo e os empréstimos para a aquisição de gado não são elegíveis para a categoria.

Gestão de riscos de ESG

Não aplicamos um ajuste negativo para a gestão de risco de ESG à pontuação de impacto esperada. A Caixa possui processos que categorizam cada um dos projetos a serem financiados de acordo com seu potencial impacto ambiental — com base na classificação da IFC e na legislação nacional. Esse processo de *due diligence* leva em consideração o impacto potencial dos projetos sobre os direitos humanos, mudanças climáticas e biodiversidade e, de acordo com a classificação, são necessários consultores externos e o estabelecimento de planos especiais de monitoramento ambiental.

Coerência

Não aplicamos um ajuste negativo de coerência à pontuação de impacto esperada. Os projetos financiados de acordo com o *framework* se alinham à estratégia de sustentabilidade relatada pela Caixa e se encaixam em sua matriz de materialidade e compromisso com o desenvolvimento sustentável no Brasil. O banco desenvolveu uma política de responsabilidade social, ambiental e climática para promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável em todas as suas operações. Ela adotou critérios sociais e ambientais no financiamento de seus projetos que seguem padrões internacionais, como os Princípios do Equador, os padrões de desempenho da IFC e as diretrizes do BM.

Dado que é banco público, a Caixa tem exposição ao setor de petróleo e gás. No entanto, os empréstimos para esse setor representaram apenas 0.2% dos empréstimos do banco em 2023.

Apêndice 1- Mapeamento de categorias elegíveis para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

As 12 categorias elegíveis incluídas no *framework* da Caixa provavelmente contribuirão para 14 ODS da ONU, quais sejam:

17 ODS da ONU	Categorias Elegíveis	Metas dos ODS
OBJETIVO 1: Erradicação da pobreza	Acesso a Serviços Essenciais, Moradia Acessível, Infraestrutura Básica Acessível, Inclusão Financeira	1.4: Garantir que todos tenham direitos iguais aos recursos econômicos, acesso a serviços básicos, controle de propriedade e serviços financeiros
OBJETIVO 2: Fome zero	Segurança Alimentar	2.1: Acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano 2.3: Dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos por meio de acesso igual a recursos e oportunidades
OBJETIVO 3: Saúde e Bem-estar	Acesso a Serviços Essenciais	3.8: Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo o acesso a medicamentos e serviços de saúde de qualidade e a preços acessíveis para todos
	Prevenção e Controle da Poluição	3.9: Reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, e poluição do ar, água e do solo
OBJETIVO 4: Educação de Qualidade	Acesso a Serviços Essenciais	4.1: Garantir que todas as crianças completem o ensino primário e secundário, conduzindo a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes 4.2: Garantir que todas as crianças tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar 4.3: Garantir acesso igual para todas as mulheres e homens à educação técnica, profissional e terciária acessível e de qualidade 4.A: Construir e melhorar instalações para educação, que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e eficazes para todos
OBJETIVO 5: Igualdade de Gênero	Inclusão Financeira	5.5: Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis na vida política e econômica
OBJETIVO 6: Água Potável e Saneamento	Acesso à Infraestrutura Básica	6.1: Alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos 6.2: Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto 6.B Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento
	Gestão Sustentável de Saneamento	6.3: Melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos 6.4: Aumentar a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar o abastecimento sustentável de água doce para reduzir a escassez de água
OBJETIVO 7: Energia Limpa e Acessível	Energia Renovável	7.2: Aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global
	Eficiência Energética	7.3: Dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética
OBJETIVO 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Inclusão Financeira	8.3: Promover políticas que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego, empreendedorismo, inovação, e incentivar crescimento das micro, pequenas e médias empresas 8.5: Alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, e remuneração igual para trabalho de igual valor 8.6: Reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação 8.8: Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros para todos, incluindo os migrantes e aqueles em empregos precários
	Eficiência Energética	8.4: Melhorar a eficiência dos recursos globais e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental

17 ODS da ONU	Categorias Elegíveis	Metas dos ODS
OBJETIVO 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura	Acesso à Infraestrutura Básica	9.1: Desenvolver infraestrutura sustentável para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo
	Inclusão Financeira	9.3: Aumentar o acesso das PMEs aos serviços financeiros e sua integração em cadeias de valor e mercados, particularmente em mercados emergentes
	Eficiência Energética, Edifícios Verdes	9.4: Modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com todos os países atuando de acordo
	Infraestrutura Básica Acessível, Energia Renovável	9.A: Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável por meio de apoio financeiro e técnico
OBJETIVO 10: Redução das Desigualdades	Acesso a Serviços Essenciais, Inclusão Financeira	10.2: Empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos
OBJETIVO 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis	Moradia Acessível, Infraestrutura Básica Acessível	11.1: Garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas
	Transporte limpo	11.2: Proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos
	Transporte limpo, Prevenção e Controle da poluição	11.6: Reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade, gestão de resíduos
OBJETIVO 12: Consumo e Produção Responsáveis	Agricultura Sustentável	12.2: Alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais
	Prevenção e Controle da Poluição	12.4: Alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, e reduzir a liberação destes para o ar, água e solo 12.5: Reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso
OBJETIVO 13: Ação contra a Mudança Global do Clima	Agricultura Sustentável	O ODS 13 da ONU consiste em tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e os impactos de suas operações e cadeias de valor. As instituições financeiras podem contribuir para esse objetivo por meio do investimento na redução das emissões de GEE
OBJETIVO 15: Vida Terrestre	Agricultura Sustentável	15.2: Promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas
		15.3: Combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado
		15.A: Mobilizar e aumentar, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas

O mapeamento dos ODS da ONU neste SPO leva em consideração as categorias de projetos elegíveis e os objetivos/benefícios de sustentabilidade associados documentados no *framework* de financiamento do banco, bem como recursos e diretrizes de instituições públicas, como as Diretrizes de Mapeamento para os ODS da ICMA e as metas e indicadores dos ODS da ONU.

Apêndice 2 — Resumo das categorias elegíveis no framework da Caixa

Categorias Elegíveis	Descrição	Objetivos de Sustentabilidade	Métricas de Relatórios de Impacto
Transporte Limpo	<p>Transporte elétrico</p> <p>Financiar a aquisição de veículos elétricos ou a substituição de veículos a combustão por veículos elétricos.</p> <p>Financiar estações de carregamento de veículos elétricos.</p> <p>Financiar a construção, expansão e melhoria nas linhas de metrô, trens, transporte leve sobre trilhos, teleféricos e a infraestrutura pública associada a estes.</p> <p>Infraestruturas Públicas Associadas à Mobilidade Sustentável:</p> <p>Financiar projetos de construção, expansão e melhoria de ciclovias, faixas de pedestres e calçadas.</p>	Mitigação da Mudança do Clima	Emissões anuais absolutas de GEE reduzidas/evitadas tCO2e/ano
Eficiência Energética	<p>Financiar a compra de máquinas, equipamentos ou sistemas ecoeficientes novos que sejam classificados como Nível A no Programa Brasileiro de Etiquetagem ("https://www.gov.br/inmetro/pt-br/assuntos/avaliacao-da-conformidade/programa-brasileiro-de-etiquetagem").</p> <p>Financiar a iluminação pública por LED.</p>	Mitigação da Mudança do Clima	Emissões de GEE absolutas reduzidas/evitadas (por ano) tCO2e Economia de energia (por ano) kWh Economia de energia (por ano) (%)
Edifícios Verdes	<p>Financiar a construção ou retrofit de edifícios que possuam alguma das seguintes certificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ●LEED: Gold ou Platinum ●EDGE: Edge Advanced ou Edge Zero Carbon ●PROCEL Edificações: Nível A ou B ●Selo Casa Azul: Safira ou Diamante ●Living Building Challenge: Petal or Net Zero ●Aqua-HQE: Very Good or Excellent ●BREEAM: Outstanding ou Excellent 	Mitigação da Mudança do Clima	Economia anual de energia (%) Economia anual de água (%)
Prevenção e Controle da Poluição	<p>Financiar projetos de gestão de resíduos que contribuem para prevenir e controlar a poluição ambiental. Estes projetos incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Atividades de reuso, reciclagem e compostagem. ● Instalações para tratamento de resíduos sólidos que produzem energia ou calor como subproduto. ● Instalações para produzir biogás a partir de resíduos verdes. ● Incorporação da captura de gás em aterros existentes e encerrados, financiar o fechamento de aterros que não atendam aos requisitos ambientais e a recuperação, reflorestamento e restauração de aterros fechados. 	Prevenção e Controle da Poluição	Emissões de poluentes evitadas anualmente tCO2e/ano
Energia Renovável	<p>Financiar a construção, operação, aquisição e/ou instalação de equipamentos para os seguintes sistemas de energias renováveis:</p> <p>Energia solar (residências, edifícios residenciais ou comerciais): geração de energia fotovoltaica para residências, edifícios residenciais ou comerciais.</p> <p>Energia solar (geração de energia em grande escala): plantas de energia fotovoltaica onde não mais que 15% de sua energia é oriunda de fontes não renováveis, incluindo a geração e distribuição off-grid.</p> <p>Energia eólica: geração de energia eólica, incluindo a geração e distribuição off-grid.</p> <p>Energia hidroelétrica: usinas hidrelétricas <20 MW com densidade de potência >10W/m2 ou intensidade de emissões de GEE <50g CO2 e/kWh.</p> <p>Biomassa: a construção, desenvolvimento, operação e manutenção de centrais elétricas alimentadas por biomassa residual (resíduos) cuja geração energética tenha uma redução de 80% nas emissões de GEE em relação aos parâmetros atuais e com biomassa oriunda de resíduos de matéria orgânica que não tenham sido associadas ao desmatamento.</p> <p>Hidrogênio Verde: uso de eletrólise alimentada por energia renovável. Para serem elegíveis, as instalações de produção de hidrogênio devem atender ao limite de intensidade de emissões de 1,5 kgCO2e/kgH2.</p>	Mitigação da Mudança do Clima	Emissões anuais absolutas de GEE reduzidas/evitadas tCO2e/ano

Categorias Elegíveis	Descrição	Objetivos de Sustentabilidade	Métricas de Relatórios de Impacto
Agricultura Sustentável	<p>Agricultura e Silvicultura Sustentáveis Certificadas:</p> <p>Financiar a produção agrícola orgânica ou as empresas agrícolas com certificações elegíveis. Financiar a produção florestal sustentável ou as empresas florestais com certificações elegíveis.</p> <p>Agricultura de Baixo Carbono:</p> <p>Financiar a produção agrícola de baixo carbono que resulte numa redução de, pelo menos, 30% das emissões de GEE e que atenda a qualquer uma das práticas enumeradas abaixo:</p> <p>Proteção, correção e recuperação de solos e pastagens degradadas: Adotar boas práticas de manejo do solo, com melhoria na fertilidade e eficiência no uso dos recursos naturais.</p> <p>Sistemas integrados de cultivo, pecuária e agroflorestal: Implementar ou expandir os sistemas integrados na produção agrícola, pecuária e florestal em uma mesma área, utilizando cultivo em consórcio, sucessão ou rotação, resultando em benefício mútuo para todas as atividades.</p> <p>Sistemas de plantio direto: Implementar e melhorar os sistemas de plantio direto combinados com práticas integradas de conservação, como rotação de culturas e/ou cultivo em consórcio.</p> <p>Tratamento de resíduos animais: Implementar biodigestores, compostagem e tratamento de dejetos animais, inclusive para geração de energia.</p>	Adaptação à Mudança Climática	Emissões anuais absolutas de GEE reduzidas/evitadas tCO2e/ano GEE capturado/sequestrado anualmente tCO2e/ano
Gestão Sustentável de Saneamento	<p>Água:</p> <p>Investir em sistemas de abastecimento de água visando melhoria em eficiência, capacidade, qualidade da água e/ou redução do consumo de energia ou perda de água pelo sistema hídrico.</p> <p>Para ser elegível, o sistema de abastecimento de água deve ter (1) um consumo médio de energia do sistema (incluindo a captação, o tratamento e a distribuição) de 0,5 kwh por metro cúbico faturado/não faturado de abastecimento de água autorizado ou inferior, ou (2) diminuir o consumo médio de energia do sistema em, pelo menos 20% (incluindo a captação, o tratamento e a distribuição; medido em kwh por metro cúbico de abastecimento de água autorizado faturado/não faturado).</p> <p>Esgoto ou Águas Residuais:</p> <p>Investir em sistemas de tratamento de esgotos ou águas residuais visando melhoria na eficiência do sistema e/ou redução do consumo de água através do reuso.</p>	Adaptação à Mudança Climática	Redução das perdas de água anualmente (%) Melhora da qualidade da água dos corpos receptores (%)
Acesso a Serviços Essenciais	<p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Financiar a construção, compra de equipamentos ou operação da Rede Pública de Ensino. Financiar o acesso à educação através de financiamento estudantil para programas de ensino superior, limitado a alunos da Modalidade 1 do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). <p>Saúde:</p> <p>Financiar a construção, compra de equipamentos ou operação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Unidades de saúde pública ou instituições filantrópicas de saúde sem fins lucrativos, que prestam serviços por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Unidades de saúde privada em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferiores à média nacional brasileira. <p>Tecnologia para pessoas com deficiência:</p> <p>Fornecer empréstimos para pessoas com deficiência adquirirem tecnologia assistiva (AT). Exemplos de AT elegíveis: cadeiras de rodas, elevadores residenciais, próteses, órteses, óculos com lentes filtrantes, serviços de adaptação veicular e domiciliar, dentre outros produtos de tecnologia assistiva.</p>	Acesso a serviços básicos	Número de estudantes beneficiados anualmente # Número de pacientes atendidos anualmente # Número de pessoas com deficiência beneficiadas anualmente #
Moradia Acessível	Financiar créditos e projetos para a construção, expansão, melhoria e desenvolvimento de unidades habitacionais para famílias residentes em áreas urbanas com renda mensal bruta de até R\$ 4.400,00 (Quatro Mil e Quatrocentos Reais).	Acesso à moradia	Número de famílias beneficiadas no ano referenciado #

Categorias Elegíveis	Descrição	Objetivos de Sustentabilidade	Métricas de Relatórios de Impacto
Infraestrutura Básica Acessível	<p><u>Urbanização Sustentável:</u> Financiar intervenções urbanas, tais como plantio de árvores, infraestrutura de acessibilidade para pessoas com deficiência e melhorias em infraestrutura pública em municípios com IDH inferiores à média nacional brasileira.</p> <p><u>Saneamento:</u> Financiar projetos para a construção, expansão e/ou modernização de infraestruturas públicas de água e saneamento, incluindo a expansão e/ou construção de sistemas de abastecimento de água, sistemas para melhorar a qualidade da água potável, esgotos, drenagem e infraestruturas de tratamento de águas residuais visando promover a urbanização inclusiva das famílias em situação de pobreza, extrema pobreza, assentamentos informais ou residências ainda não conectadas à rede de serviços.</p>	Acesso a serviços básicos	<p>Número de pessoas beneficiadas por projetos de intervenção urbana (por ano) #</p> <p>Número de ligações de domicílios a rede de saneamento (por ano) #</p>
Inclusão Financeira	<p><u>MEI, micro, pequenas e médias empresas (MPME):</u> Empréstimos ou outro suporte financeiro a empreendedores individuais (Microempreendedor Individual - MEI), micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) que atendam a qualquer uma das seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● MEI, micro ou pequenas empresas. ● MPME lideradas por mulheres. ● MPMEs lideradas por minorias de gênero e/ou sexuais. ● MPMEs lideradas por indivíduos com baixa escolaridade. ● MPMEs localizadas em municípios com IDH abaixo da média brasileira. ● MPMEs lideradas por idosos localizadas em municípios com IDH abaixo da média nacional brasileira. ● MPMEs lideradas por jovens e localizadas em municípios com IDH abaixo da média nacional brasileira. ● MPMEs lideradas por indivíduos de baixa renda. ● MPMEs pertencentes a indígenas ou pessoas que fazem parte de uma comunidade indígena. ● MPMEs pertencentes a pretos e/ou quilombolas. <p><u>Microcrédito Produtivo:</u> Financiar microcrédito produtivo, diretamente ou por meio de Instituições de Microfinanças (IMFs) para grupos de pessoas que precisam de recursos para capital de giro ou investimento em suas atividades. Qualquer um dos seguintes indivíduos com uma atividade econômica produtiva é elegível:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Mulheres. ● Minoria de gênero e/ou sexual. ● Indivíduos com baixa escolaridade. ● Indivíduos residentes em municípios com IDH abaixo da média nacional brasileira. ● Idosos residentes em municípios com IDH abaixo da média nacional brasileira. ● Jovens residentes em municípios com IDH abaixo da média nacional brasileira. ● Indivíduos pertencentes às classes C, D ou E. ● Indígenas ou pessoas que fazem parte de uma comunidade indígena. ● MPMEs de propriedade de negros e/ou quilombolas 	Acesso a serviços financeiros	<p>Empregos gerados ou mantidos por ano #</p> <p>Evolução da renda anual das MPMEs (%)</p>
Segurança Alimentar	Financiamento de projetos produtivos e créditos para produtores familiares rurais e cooperativas com renda bruta mensal de até R\$ 100,000 com o objetivo de estimular a geração de renda e/ou o autoconsumo agrícola e/ou melhorar o uso da mão de obra familiar nas atividades agrícolas.	Segurança Alimentar	Crescimento anual da receita dos agricultores familiares (%)

Nota de rodapé

- 1 Essa avaliação é aplicável somente na data de atribuição ou atualização.
- 2 [Transporte público operado por ônibus elétrico avança no Brasil](#), Estadão, de fevereiro de 2024
- 3 [Brazil: Energy Country Profile](#), Our World in Data, de 2022
- 4 [Programa Brasileiro de Etiquetagem](#), março de 2024
- 5 [Energy System: Buildings](#), AIE, de julho de 2023
- 6 [Emissions by sector](#), Our World in Data, fevereiro de 2024.
- 7 [Plano Nacional de Resíduos Sólidos](#), site do governo brasileiro, de fevereiro de 2024
- 8 [Brazil Waste Management](#), Site da Administração Internacional do Comércio, de fevereiro de 2024
- 9 [Biofuels](#), AIE, fevereiro de 2024.
- 10 [Biodiesel](#), Ministério de Minas e Energia do Brasil, de março de 2023
- 11 [Brazil Energy Profile](#), AIE, de fevereiro de 2024
- 12 [Brazil](#), Our World in Data, de fevereiro de 2024
- 13 [Brazil](#), Climate Trace, fevereiro de 2024
- 14 [The Amazon is the world's largest rain forest](#), Council on Foreign Relations, de fevereiro 2024
- 15 [Promoting Agricultural Productivity through Climate Smart Practices in Brazil](#), The World Bank, de outubro de 2020
- 16 [Quase metade do esgoto do Brasil é jogado na natureza sem ser tratado](#), Folha de São Paulo, de agosto de 2023
- 17 [Education and Competitiveness in Brazil](#), The World Bank, de novembro de 2019
- 18 [Education at a Glance 2023](#), OECD iLibrary, de setembro de 2023
- 19 [Dados Gerais](#), Agência Nacional de Saúde Suplementar, de abril de 2023
- 20 [OECD Reviews of Health Systems](#), OECD iLibrary, de dezembro de 2021
- 21 [Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda](#), Agência IBGE Notícias, de julho de 2023
- 22 [Brazil](#), UN-Habitat, de fevereiro de 2024
- 23 [Housing Poverty in Brazil](#), Habitat for Humanity Great Britain, de fevereiro de 2024
- 24 [Brazil](#), UN-Habitat, de fevereiro de 2024
- 25 [Country Overview Brazil](#), Sanitation and Water for All, de fevereiro de 2022
- 26 [The World Bank in Brazil](#), World Bank, de outubro de 2023
- 27 [Women Employers in Brazil](#), IDB, de junho de 2022
- 28 [Credit Rationing and Race in Two Brazilian Cities](#), SageJournals, de abril de 2023
- 29 [Brazil](#), OECDiLibrary, de fevereiro de 2024
- 30 [MSME Finance Gap](#), SME Finance Forum, de fevereiro de 2024
- 31 [Food Insecurity and Food Inflation in Brazil](#), World Bank, de junho de 2023
- 32 [Perfil do Produtor Rural Brasileiro](#), Canal Rural, de agosto de 2020

A Moody's atribui Second Party Opinions ("SPOs") de acordo com as principais premissas das Diretrizes da Associação Internacional de Mercado de Capitais (International Capital Market Association – ICMA) para Revisões Externas de Títulos Verdes, Sociais e de Sustentabilidade e Títulos Vinculados à Sustentabilidade (Sustainability-Linked Bonds) e da Orientação da Associação de Sindicância e Comercialização de Empréstimos (Loan Syndications and Trading Association – LSTA), da Associação do Mercado de Empréstimos (Loan Market Association – LMA) e da Associação do Mercado de Empréstimos da Ásia-Pacífico (Asia Pacific Loan Market Association – APLMA) para Revisões Externas de Empréstimos Verdes, Sociais e Vinculados à Sustentabilidade (Sustainability-Linked Loans), conforme aplicável; as práticas da Moody's podem, no entanto, divergir em alguns aspectos das práticas recomendadas nesses documentos. A abordagem da Moody's para emitir SPOs está descrita no seu Regime de Avaliação e está sujeita aos princípios éticos e profissionais estabelecidos no Código de Conduta Profissional da Moody's Investors Service.

Termos adicionais relativos às SPOs (conforme definido nos Símbolos e Definições de Notação da Moody's Investors Service): observa-se que uma SPO não é uma "notação de crédito". A emissão de SPOs não é uma atividade regulada em diversas jurisdições, incluindo em Singapura. JAPÃO: No Japão, o desenvolvimento e a atribuição de SPOs enquadram-se na categoria de "Negócios Auxiliares", não na categoria de "Negócios de Notação de Crédito", e não estão sujeitos aos regulamentos aplicáveis aos "Negócios de Notação de Crédito" ao abrigo da Lei de Instrumentos Financeiros e da Bolsa de Valores (Financial Instruments and Exchange Act) do Japão e respetivos regulamentos relevantes. REPÚBLICA POPULAR DA CHINA ("RPC"): Qualquer SPO: (1) não constitui uma Avaliação de Títulos Verdes da RPC, conforme definido em quaisquer leis ou regulamentos relevantes da RPC; (2) não pode ser incluído em nenhuma declaração de registro, circular de oferta, prospeto ou qualquer outro documento enviado às autoridades reguladoras da RPC ou de outra forma usado para cumprir com qualquer requisito de divulgação regulatória da RPC; e (3) não pode ser usado na RPC para qualquer finalidade regulatória ou para qualquer outra finalidade que não seja permitida pelas leis ou regulamentos relevantes da RPC. Para os fins desta declaração de exoneração de responsabilidade, "RPC" refere-se ao continente da República Popular da China, excluindo Hong Kong, Macau e Taiwan.

© 2024 Moody's Corporation, Moody's Investors Service, Inc., Moody's Analytics, Inc. e/ou suas licenciadas e afiliadas (em conjunto, "MOODY'S"). Todos os direitos reservados.

OS RATINGS DE CRÉDITO ATRIBUÍDOS PELAS AFILIADAS DE RATINGS DE CRÉDITO DA MOODY'S SÃO AS OPINIÕES ATUAIS DA MOODY'S SOBRE O RISCO FUTURO RELATIVO DE CRÉDITO DE ENTIDADES, COMPROMISSOS DE CRÉDITO, DÍVIDA OU VALORES MOBILIÁRIOS EQUIVALENTES À DÍVIDA, DE MODO QUE OS MATERIAIS, PRODUTOS, SERVIÇOS E AS INFORMAÇÕES PUBLICADAS, OU DE ALGUMA FORMA DISPONIBILIZADAS, PELA MOODY'S (COLETIVAMENTE "MATERIAIS") PODEM INCLUIR TAIS OPINIÕES ATUAIS. A MOODY'S DEFINE RISCO DE CRÉDITO COMO O RISCO DE UMA ENTIDADE NÃO CUMPRIR COM AS SUAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E FINANCEIRAS NA DEVIDA DATA DE VENCIMENTO E QUAISQUER PERDAS FINANCEIRAS ESTIMADAS EM CASO DE INADIMPLEMENTO ("DEFAULT"). VER A PUBLICAÇÃO APLICÁVEL DA MOODY'S RELACIONADA AOS SÍMBOLOS E DEFINIÇÕES DE RATINGS DE CRÉDITO PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE OS TIPOS DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E FINANCEIRAS ENDEREÇADAS PELOS RATINGS DE CRÉDITO DA MOODY'S INVERTORS SERVICE. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO TRATAM DE QUALQUER OUTRO RISCO, INCLUINDO, MAS NÃO SE LIMITANDO A: RISCO DE LIQUIDEZ, RISCO DE VALOR DE MERCADO OU VOLATILIDADE DE PREÇOS. OS RATINGS DE CRÉDITO, AS AVALIAÇÕES E OUTRAS OPINIÕES CONTIDAS NOS MATERIAIS DA MOODY'S NÃO SÃO DECLARAÇÕES SOBRE FATOS ATUAIS OU HISTÓRICOS. OS MATERIAIS DA MOODY'S PODERÃO TAMBÉM INCLUIR ESTIMATIVAS DO RISCO DE CRÉDITO BASEADAS EM MODELOS QUANTITATIVOS E OPINIÕES RELACIONADAS OU COMENTÁRIOS PUBLICADOS PELA MOODY'S ANALYTICS, INC. E/OU SUAS AFILIADAS. OS RATINGS DE CRÉDITO, AS AVALIAÇÕES, OUTRAS OPINIÕES E MATERIAIS NÃO CONSTITUEM OU FORNECEM ACONSELHAMENTO FINANCEIRO OU DE INVESTIMENTO. OS RATINGS DE CRÉDITO DA MOODY'S, AS AVALIAÇÕES, OUTRAS OPINIÕES E MATERIAIS NÃO CONFIGURAM E NÃO PRESTAM RECOMENDAÇÕES PARA A COMPRA, VENDA OU DETENÇÃO DE UM DETERMINADO VALOR MOBILIÁRIO. OS RATINGS DE CRÉDITO DA MOODY'S, AS AVALIAÇÕES, OUTRAS OPINIÕES E MATERIAIS NÃO CONSTITUEM RECOMENDAÇÕES SOBRE A ADEQUAÇÃO DE UM INVESTIMENTO PARA UM DETERMINADO INVESTIDOR. A MOODY'S ATRIBUI SEUS RATINGS DE CRÉDITO, SUAS AVALIAÇÕES E OUTRAS OPINIÕES, E DIVULGA, OU DE ALGUMA FORMA DISPONIBILIZA, OS SEUS MATERIAIS ASSUMINDO E PRESSUPONDO QUE CADA INVESTIDOR FARÁ O SEU PRÓPRIO ESTUDO, COM A DEVIDA DILIGÊNCIA, E PROCEDERÁ À AVALIAÇÃO DE CADA VALOR MOBILIÁRIO QUE TENHA A INTENÇÃO DE COMPRAR, DETER OU VENDER.

OS RATINGS DE CRÉDITO DA MOODY'S, SUAS AVALIAÇÕES, OUTRAS OPINIÕES E MATERIAIS NÃO SÃO DESTINADAS PARA O USO DE INVESTIDORES DE VAREJO E SERIA IMPRUDENTE E INADEQUADO AOS INVESTIDORES DE VAREJO USAR OS RATINGS DE CRÉDITO, AS AVALIAÇÕES, OUTRAS OPINIÕES OU MATERIAIS DA MOODY'S AO TOMAR UMA DECISÃO DE INVESTIMENTO. EM CASO DE DÚVIDA, O INVESTIDOR DEVERÁ ENTRAR EM CONTATO COM UM CONSULTOR FINANCEIRO OU OUTRO CONSULTOR PROFISSIONAL.

TODAS AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO ESTÃO PROTEGIDAS POR LEI, INCLUINDO, ENTRE OUTROS, OS DIREITOS DE AUTOR, E NÃO PODEM SER COPIADAS, REPRODUZIDAS, ALTERADAS, RETRANSMITIDAS, TRANSMITIDAS, DIVULGADAS, REDISTRIBUÍDAS OU REVENDIDAS OU ARMAZENADAS PARA USO SUBSEQUENTE PARA QUALQUER UM DESTES FINS, NO TODO OU EM PARTE, POR QUALQUER FORMA OU MEIO, POR QUALQUER PESSOA, SEM O CONSENTIMENTO PRÉVIO, POR ESCRITO, DA MOODY'S. PARA FINS DE CLAREZA, NENHUMA INFORMAÇÃO CONTIDA AQUI PODE SER UTILIZADA PARA DESENVOLVER, APERFEIÇOAR, TREINAR OU RETREINAR QUALQUER PROGRAMA DE SOFTWARE OU BANCO DE DADOS, INCLUINDO, MAS NÃO SE LIMITANDO A, QUALQUER SOFTWARE DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, APRENDIZADO DE MÁQUINA OU PROCESSAMENTO DE LINGUAGEM NATURAL, ALGORITMO, METODOLOGIA E/OU MODELO.

OS RATINGS DE CRÉDITO, AS AVALIAÇÕES, OUTRAS OPINIÕES E MATERIAIS DA MOODY'S NÃO SÃO DESTINADOS PARA O USO, POR QUALQUER PESSOA, COMO UMA REFERÊNCIA ("BENCHMARK"). JÁ QUE ESTE TERMO É DEFINIDO APENAS PARA FINS REGULATÓRIOS E, PORTANTO, NÃO DEVEM SER UTILIZADOS DE QUALQUER MODO QUE POSSA RESULTAR QUE SEJAM CONSIDERANDOS REFERÊNCIAS (BENCHMARK).

Toda a informação contida neste documento foi obtida pela MOODY'S junto de fontes que esta considera precisas e confiáveis. Contudo, devido à possibilidade de erro humano ou mecânico, bem como outros fatores, a informação contida neste documento é fornecida no estado em que se encontra ("AS IS"), sem qualquer tipo de garantia, seja de que espécie for. A MOODY'S adota todas as medidas necessárias para que a informação utilizada para a atribuição de ratings de crédito seja de suficiente qualidade e proveniência de fontes que a MOODY'S considera confiáveis, incluindo, quando apropriado, terceiros independentes. Contudo, a MOODY'S não presta serviços de auditoria e não pode, em todos os casos, verificar ou confirmar, de forma independente, as informações recebidas nos processos de ratings de crédito ou na preparação de seus Materiais.

Na medida do permitido por lei, a MOODY'S e seus administradores, membros dos órgãos sociais, empregados, agentes, representantes, titulares de licenças e fornecedores não aceitam qualquer responsabilidade perante qualquer pessoa ou entidade relativamente a quaisquer danos ou perdas, indiretos, especiais, consequenciais ou incidentais, decorrentes ou relacionados com a informação aqui incluída ou pelo uso, ou pela inaptidão de usar tal informação, mesmo que a MOODY'S ou os seus administradores, membros dos órgãos sociais, empregados, agentes, representantes, titulares de licenças ou fornecedores sejam informados com antecedência da possibilidade de ocorrência de tais perdas ou danos, incluindo, mas não se limitando a: (a) qualquer perda de lucros presentes ou futuros; ou (b) qualquer perda ou dano que ocorra em que o instrumento financeiro relevante não seja objeto de um rating de crédito específico atribuído pela MOODY'S.

Na medida do permitido por lei, a MOODY'S e seus administradores, membros dos órgãos sociais, empregados, agentes, representantes, titulares de licenças e fornecedores não aceitam qualquer responsabilidade por quaisquer perdas ou danos, diretos ou compensatórios, causados a qualquer pessoa ou entidade, incluindo, entre outros, por negligência (mas excluindo fraude, conduta dolosa ou qualquer outro tipo de responsabilidade que, para que não subsistam dúvidas, por lei, não possa ser excluída) por parte de, ou qualquer contingência dentro ou fora do controle da, MOODY'S ou de seus administradores, membros de órgão sociais, empregados, agentes, representantes, titulares de licenças ou fornecedores, decorrentes ou relacionadas com a informação aqui incluída, ou pelo uso, ou pela inaptidão de usar tal informação.

A MOODY'S NÃO PRESTA NENHUMA GARANTIA, EXPRESSA OU IMPLÍCITA, QUANTO À PRECISÃO, ATUALIDADE, COMPLETUDE, VALOR COMERCIAL OU ADEQUAÇÃO A QUALQUER FIM ESPECÍFICO DE QUALQUER RATING DE CRÉDITO, AVALIAÇÃO, OUTRA OPINIÃO OU INFORMAÇÕES DADAS OU PRESTADAS, POR QUALQUER MEIO OU FORMA, PELA MOODY'S.

A Moody's Investors Service, Inc., uma agência de rating de crédito, subsidiária integral da Moody's Corporation ("MCO"), pelo presente, divulga que a maioria dos emissores de títulos de dívida (incluindo obrigações emitidas por entidades privadas e por entidades públicas locais, outros títulos de dívida, notas promissórias e papel comercial) e de ações

preferenciais classificadas pela Moody's Investors Service, Inc., acordaram, antes da atribuição de qualquer rating de crédito, pagar à Moody's Investors Service, Inc., para fins de avaliação de ratings de crédito e serviços prestados por esta agência.. A MCO e a Moody's Invertors Sevices também mantêm políticas e procedimentos destinados a preservar a independência dos ratings de crédito da M Moody's Invertors Sevices e de seus processos de ratings de crédito. São incluídas anualmente no website www.moody's.com, sob o título "Investor Relations — Corporate Governance — Charter Documents – Director and Shareholder Affiliation Policy" informações acerca de certas relações que possam existir entre administradores da MCO e as entidades classificadas com ratings de crédito e entre as entidades que possuem ratings da Moody's Invertors Sevices, Inc. e que também informaram publicamente à SEC (Security and Exchange Commission – EUA) que detêm participação societária maior que 5% na MCO.

Moody's SF Japan K.K., Moody's Local AR Agente de Calificación de Riesgo S.A., Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco LTDA, Moody's Local MX S.A. de C.V, I.C.V., Moody's Local PE Clasificadora de Riesgo S.A., e Moody's Local PA Calificadora de Riesgo S.A. (coletivamente, as "Moody's Non-NRSRO CRAs") são todas subsidiárias de agências de classificação de risco integralmente detidas de forma indireta pela MCO. Nenhuma das Moody's Non-NRSRO CRAs é uma Organização de Classificação de Risco Estatístico Nacionalmente Reconhecida (NRSRO).

Termos adicionais apenas para a Austrália: qualquer publicação deste documento na Austrália será feita nos termos da Licença para Serviços Financeiros Australiana da afiliada da MOODY'S, a Moody's Investors Service Pty Limited ABN 61 003 399 657AFSL 336969 e/ou pela Moody's Analytics Australia Pty Ltd ABN 94 105 136 972 AFSL 383569 (conforme aplicável). Este documento deve ser fornecido apenas a distribuidores ("wholesale clients"), de acordo com o estabelecido pelo artigo 761G da Lei Societária Australiana de 2001. Ao continuar a acessar esse documento a partir da Austrália, o usuário declara e garante à MOODY'S que é um distribuidor ou um representante de um distribuidor, e que não irá, nem a entidade que representa irá, direta ou indiretamente, divulgar este documento ou o seu conteúdo a clientes de varejo, de acordo com o significado estabelecido pelo artigo 761G da Lei Societária Australiana de 2001. O rating de crédito da Moody's é uma opinião em relação à idoneidade creditícia de uma obrigação de dívida do emissor e não diz respeito às ações do emissor ou qualquer outro tipo de valores mobiliários disponíveis para investidores de varejo.

Termos adicionais apenas para a Índia: As classificações de crédito da Moody's, avaliações, outras opiniões e Materiais não têm a intenção de ser, e não devem ser, utilizadas ou consideradas, por usuários localizados na Índia em relação a valores mobiliários listados ou propostos para listagem em bolsas de valores indianas.

Termos adicionais referentes a Opiniões de Terceiros (conforme definido nos Símbolos e Definições de Classificação da Moody's Investors Service): Por favor, observe que uma Opinião de Terceiros ("SPO") não é uma 'classificação de crédito'. A emissão de SPOs não é uma atividade regulamentada em muitas jurisdições, incluindo Singapura. JAPÃO: No Japão, o desenvolvimento e a oferta de SPOs se enquadram na categoria de 'Negócios Auxiliares', não em 'Negócios de Classificação de Crédito', e não estão sujeitos às regulamentações aplicáveis aos 'Negócios de Classificação de Crédito' sob a Lei de Instrumentos Financeiros e Câmbio do Japão e suas regulamentações relevantes. RPC: Qualquer SPO: (1) não constitui uma Avaliação de Bônus Verde da RPC conforme definido por quaisquer leis ou regulamentos relevantes da RPC; (2) não pode ser incluído em nenhum documento de declaração de registro, circular de oferta, prospecto ou qualquer outro documento enviado às autoridades reguladoras da RPC ou utilizado de outra forma para atender a qualquer requisito de divulgação regulatória da RPC; e (3) não pode ser utilizado na RPC para qualquer fim regulatório ou para qualquer outro fim que não seja permitido pelas leis ou regulamentos relevantes da RPC. Para os fins deste aviso legal, "RPC" refere-se ao continente da República Popular da China, excluindo Hong Kong, Macau e Taiwan.

NÚMERO DO RELATÓRIO

1404780